

LITERATURA E HISTÓRIA: INTERSECÇÕES COM O PASSADO

Aginaldo Rodrigues da Silva¹

Resumo: Este artigo é um estudo comparativo entre a literatura e a história, a partir do confronto de ideias de autores que discutem o passado. Esse confronto de teorias reuniu pontos de vistas fundamentais para que o passado pudesse ser compreendido à luz dessas duas grandes áreas do conhecimento, partindo do pressuposto de que o escritor de ficção ou o historiógrafo tendem a buscar pistas em acontecimentos pretéritos, a fim de construir a sua obra.

Palavras-chave: literatura, história, passado, comparatismo.

Abstract: this article is a comparative study between the literature and history about the past. This confrontation of theories met views fundamental for your past could be understood in the light of these two major areas of knowledge, based on the assumption that the writer of fiction or the historian tend to find clues to past events, in order to build their work.

Keywords: literature, history, the past, comparatism.

Apontar relações entre a literatura e a história não significa apenas fazer indicações de semelhanças existentes, mas, sobretudo, confrontar dessemelhanças que dará a cada uma dessas áreas de conhecimento o seu estatuto, assim como um olhar mais lúcido sobre as suas particularidades.

Começemos a discussão lembrando que a literatura é uma área de conhecimento que anda de mãos dadas com outras, principalmente as pertencentes às humanidades. Por esse motivo, podemos afirmar que a obra literária tem atravessamentos diversos que abrangem os campos da história, da filosofia, da sociologia, da psicologia, da antropologia, da educação, da geografia, da ciência, do teatro, da música, das artes visuais, entre diversas outras. Nessa direção, ao analisar um romance, um conto ou um poema, o crítico deve estar preparado para entrar em contato com a diversidade de conhecimentos e, sobremaneira, instruído para compreender a estreita

¹ Docente do PPGEL/UNEMAT.

relação entre a ficção e a realidade. Nessa direção, podemos introduzir o pensamento de Abdala Jr (2003), ao afirmar que:

Nas configurações históricas, entre a redução dominante e seu pólo diferente, de abertura do diverso, forma-se um horizonte macrotextual. Lá estão os sistemas de expectativas dos autores e dos leitores e a matéria discursiva dos múltiplos campos sêmicos do trabalho humano. Entre um pólo e outro há uma matéria viva de que a história da literatura precisa dar conta, a partir dos estudos dos próprios textos, verificando a historicidade de suas formas, ou, como mostram os procedimentos críticos de Antonio Candido, verificando como os fatores externos interiorizam-se no texto literário. Os múltiplos discursos da vida sociocultural transformam-se em textos que serão literários na medida em que romperem, em termos de teoria da comunicação, com as formas de redundância em função de informações novas (p. 37).

No caso da história, ela consiste em um *corpus* de fatos verificáveis e que pode estar disponível ao historiador para que este proceda a sua respectiva interpretação. Desse modo, os fatos tornam-se acessíveis através dos documentos e/ou nas inscrições, entre outras fontes.

O historiador é o agente que deverá reunir esse aparato e proceder às pesquisas, tal como faria um cientista que deseja comprovar a sua tese. Se a história é o fruto da interpretação do historiador, o caráter subjetivo não está aquém do que se poderia pensar de uma verdade absoluta, pois o ato de interpretar requer a aplicação do conhecimento de mundo do indivíduo, ainda que “os fatos são sagrados, a opinião é livre”, salientou Carr (2002, p. 46).

O historiógrafo não deixa de ser um selecionador e é ele quem vai decidir se um fato é histórico ou não. Não há, portanto, um fato histórico que exista de forma objetiva e independente da interpretação do historiador, pois sempre há a necessidade de um sujeito que organize as evidências e

procure subsídios para sanar lacunas deixadas em determinado período histórico. Lembremos, por exemplo, que

os registros da história antiga e medieval são semeados de lacunas. A história tem sido vista como um enorme quebra-cabeças com muitas partes faltando. Mas o problema principal não consiste em lacunas. Nossa imagem da Grécia do século V a.C. é incompleta, não porque tantas partes se perderam por acaso, mas porque é, em grande parte, o retrato feito por um pequeno grupo de pessoas de Atenas. Nós bem sabemos como a Grécia do século V era vista por um cidadão ateniense; mas não sabemos praticamente nada de como era vista por um espartano, um corintiano, ou um tebano – para não mencionar um Persa, ou um escravo ou outro não-cidadão residente em Atenas. Nossa imagem foi pré-selecionada e pré-determinada para nós, não tanto por acaso, mas por pessoas que estavam conscientes ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular que consideravam os fatos dignos de serem preservados (CARR, 2002, p. 49).

É o curso natural do processo de registro da história. Isso não acontece somente no tocante à história antiga ou medieval, visto que o historiador moderno não está isento do problema. Não é nenhuma vantagem para o historiador a proximidade dos fatos com a sua época, pois ele, independente da própria vontade, estará nutrido por uma espécie de ignorância. O historiador tem o dever de descobrir os fatos importantes e torná-los históricos, tentar descortinar a névoa escura que sobrevoam esses fatos. Paralelo a isso, ele também deve descartar os fatos sem importância, ou seja, aqueles que não podem ser considerados históricos.

Para Carr (2002) fatos não falam por si mesmos; os documentos e as evidências não têm a autoridade necessária para se declararem irrefutáveis. Nada é inquestionável. As grandes verdades são verdadeiras até que surjam outras hipóteses mais coerentes. Estar em um registro não significa que um fato seja verdadeiro, já que

nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar (IBIDEM, p. 52).

O historiador, portanto, irá interpretar esses documentos, decifrar significados através de um trabalho minucioso e próprio, com base nas suas ideologias e no momento histórico em que vive.

Se fôssemos buscar um exemplo dessa concepção sobre a história na obra literária, poderíamos recorrer à antiga Grécia onde o valor estético de uma tragédia levava em consideração os aspectos da grandiosidade histórica ali presentes. De certo modo, eram os motivos oriundos de mitos antigos ou guerras heróicas do passado que elegiam um escritor de excelência, ao passo que os assuntos atuais, inspirados na vida cotidiana, eram considerados medíocres e triviais, conforme discute Hauser (2000). Para esse crítico,

A tragédia é a criação artística mais característica da democracia ateniense; em nenhuma outra forma de arte são apreciados tão direta e claramente quanto nela os conflitos internos da estrutura social de Atenas. Os aspectos externos de sua apresentação às massas eram democráticos, mas o conteúdo, as sagas heróicas com sua perspectiva trágico-heróica da vida, era aristocrático (p. 84).

A partir desse enfoque sobre a literária e a arte, a discussão atinge um momento crucial: o historiador e o passado, para, enfim, incluirmos a literatura no processo. Apesar de toda história ser contemporânea é, pois, para o passado que o historiador volta o seu olhar. A história consiste, nesse caso, em ver o passado com os olhos do presente, em que o historiador esteja influenciado pelos problemas que assolam o seu cotidiano. Sua tarefa não é somente a de registrar, mas também, ao que parece, avaliar o que deve ser considerado histórico.

Ao analisar Lavelle, Reis (1994, p. 51), notável debatedor da história e da literatura, salienta que “o passado é o que há de mais sólido na estrutura do tempo. Deste, ele é o único objeto de conhecimento. Ele não seria somente a negação da existência [...], mas haveria uma existência subsistindo nele”. Falar sobre o passado é projetar o tempo crucial de uma história já construída, mas que deve ser decifrada, já que o passado

penetra em nossa atividade presente e determina o futuro. Seu ser é, portanto, ambíguo: é o que desaparece, mas que determina o presente e o futuro. Ele será sempre a parte mais ‘dura’ do ser no tempo: ele vence o devir e permanece como ‘conhecimento’. Somente como ‘tendo sido’ a consciência se dá ao conhecimento e, nesse sentido, ela ‘existe’ como objeto. Pode-se pensar, então, o passado como o posto do ‘não é mais’, o oposto da queda no nada, por oposição ao futuro, que seria o acesso ao ser. Ele, o passado, é que seria ascensão do nada ao ser, consolidação do ser no tempo, ‘duração realizada’. O passado, então, não seria mais ‘o que não é mais’, mas ‘o que foi e é ainda’. A abordagem desse ser-passado se faz pela retrospectiva. Mas, esta é um conhecimento *a posteriori*, isto é, que não permite nenhuma intervenção. Sobre o passado, não se age mais. Ele volta, então, a ser ‘o que não é mais’ (REIS, 1994, p. 51).

A discussão que é elaborada sobre o passado junta-se gradativamente às questões introspectivas do homem; o que o passado representaria ao indivíduo? Algo bom que tenha vivido e deseja recuperar? Um momento ruim que deseja esquecer, banir da memória, mas que o persegue? Ou um sentimento de remorso diante de algo que fez e se arrependeu? No ato de voltar os olhos para o passado, o homem se reconhece porque é a reação das ações praticadas por ele ou por um povo e que estão imbricadas no processo histórico que vive no seu momento presente.

Percebamos, portanto, que o passado poderia ser considerado o tempo quando o sujeito pode reconhecer-se, não para recuperá-lo, mas para decifrá-lo. Não para vivê-lo novamente, para compreendê-lo, porém. As

obras literárias fazem isso magistralmente, com a liberdade, é claro, de não precisar ser fiel ao que tenha sido histórico. Contudo, faz a diminuição do real de modo tão poético que toca mais profundamente o coração do homem.

Lesky (1999), quando analisa a tragédia grega, faz considerações fundamentais sobre a ação do tempo na construção histórica, considerando o contexto literário. Ele afirma que toda verdadeira obra de arte é um cosmo e a sua grandeza histórica é sempre nova para cada época, inclusive para a nossa. Além disso, ele salienta que a “obra viva está em parte condicionada pelas potências da história, assim é também uma parte dos processos históricos e com isso abandona sua posição individual no curso das séries de evolução histórica” (p. 57). Desse modo, Lesky (ibidem) refere-se, certamente, ao passado que na literatura toma nova vida a cada leitura, independente da época e do lugar. Literatura, então, não é somente um fervilhar de representações do passado, mas, sobretudo, a potencialidade do presente e do futuro.

Reis (1994) afirma que entre o passado e o futuro há uma terceira parte que funciona como mediadora: o presente. Essa parte mediadora é o tempo da consciência que transita do passado para o futuro, a qual também poderia ser pensada do seguinte modo: enquanto o passado afunda, o presente vê emergir o futuro e/ou enquanto o passado se torna mais longo, o futuro apresenta-se cada vez mais curto em relação ao presente. Assim, o passado é lançado para o plano da reconstrução, o futuro para o plano da projeção e o presente é a percepção, um estado real de duração da consciência.

O rei da vela, de Oswald de Andrade, por exemplo, publicado em 1933, é um exemplo de obra literária que possibilitou o exercício de localização temporal, na identificação de fatos históricos já ocorridos. O

texto cênico trata sobre a crise do café que abalou a economia brasileira em 1929, quando o país passou por dificuldades no fornecimento de energia elétrica; a peça foi uma referência à Idade Média que também foi conhecida como idade escura (idade das trevas). Este é apenas um exemplo ilustrativo de diversos outros autores que produziram sua ficção com base em fatos já ocorridos, entre os quais se somam, ainda, Jorge Andrade e Mário Prata.

Isso significa que, quando o historiador examina, no presente, os vestígios deixados pelo passado, seu intuito é interpretar uma mensagem, tentando apreender o tempo interior deixado pelos autores dos vestígios, seja de forma consciente ou inconsciente, como já comentamos anteriormente. O vestígio é a prova de que alguém ou alguma coisa por ali passou e permaneceu, é o aqui e o agora do momento da passagem que servirá para orientar a pesquisa dos homens do presente sobre os homens do passado. A história é, então, dentro dessa perspectiva, a construção do conhecimento por meio dos vestígios. Ela procura o significado de um passado que permaneceu em seus vestígios, em concreto, em potencialidades, aguardando que alguém o recolha e o interprete.

A partir do que se discutiu no parágrafo anterior, lembremos Rosenfeld (*apud* Candido, 1985) que discute um sistema de coordenadas espaço-temporal, em que o escritor se situa no ato de sua escrita. Nessa discussão, ele frisa que a escrita da obra de ficção pressupõe algo mais em relação a um trabalho de um historiador, pois diante de uma prosa, por exemplo, surgem situações possíveis somente a partir de um narrador fictício ou pelo ponto de vista de uma personagem.

No caso de uma obra em que a narração pauta-se em acontecimentos pretéritos, o escritor recorre a vocábulos que um historiador jamais utilizaria para atribuir veracidade ao que deseja recuperar de um determinado passado. Nessa direção, Candido (1985) afirma que, diante dessa

continuidade observável entre ficção e realidade, literatura e história, passado e presente,

a ficção é um lugar ontológico privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude de sua condição, e em que se torna transparente a si mesmo; lugar em que transformando-se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando-se de si mesmo, verifica, realiza e vive a sua condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz de desdobrar-se, distanciar-se de si mesmo e de objetivar a sua própria situação (p. 48).

Sendo o presente, então, o ponto de partida para qualquer ato de registro histórico, a reconstrução do passado é movida pela consciência da contemporaneidade do historiador. Do mesmo modo, o escritor de ficção está movido pelas correntes históricas, filosóficas e sociológicas de sua época; por isso, afirma-se que a “história é a história de homens mortais”, afirma Reis (1994, p. 76). O processo histórico, no entanto, vai além de meras questões referentes à mortalidade do ser humano porque, ao pensarmos o homem como ser histórico, ele se torna imortal através da sucessão das raças.

É por isso e muitas outras razões que o tempo histórico constitui o meio pelo qual o homem é imortalizado, vencendo a morte biológica e o esquecimento, já que tudo permanece na consciência coletiva através dos registros. Por esse caminho, consideramos a grande história quando o historiador aponta fatos do passado que penetram nos problemas do presente com o nítido objetivo de esclarecer a nossa vida e a grande literatura como aquela que humaniza e indica diretrizes transformadoras ao ser humano.

Entre a história e a literatura, uma perspectiva é corrente: para entender o verdadeiro sentido da própria vida, o homem deve dirigir o seu pensamento para o passado, logo compreendemos que ele é quem tem o

poder de decidir como devem ser interpretadas as transformações ocorridas no seu mundo. Então, as coisas far-lhe-ão um sentido real, principalmente se tomarmos como parâmetro a ação humana como uma causa determinante de significados e intencionalidades.

As ideias, que concretizam as ações, são as referenciais que possibilitam ao homem dominar o passado, agir no presente e impulsionar grandes movimentos de mudanças que, de um modo ou de outro, irão interferir no futuro. A consciência humana evolui para a consciência histórica, cujo ponto de partida é a vida prática do homem, por isso afirma-se que:

o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com que é o caso [...] o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são. Com outras palavras: o agir é um procedimento típico da vida humana na medida em que, nele, o homem, com os objetivos que busca na ação, em princípio se transpõe sempre para além do que ele e seu mundo são a cada momento (RÜSEN, 2001, p. 57).

No ato de olhar para trás, a fim de compreender o presente, o escritor necessita estabelecer um quadro interpretativo das experiências que experimenta cotidianamente, bem como as mudanças ocorridas em si e no mundo ao longo do tempo. Então, poderá agir no tempo aperfeiçoando sua consciência histórica, pois terá claro para si a meta que deseja atingir, seja compreender o passado, seja compreender o presente para projetar o futuro.

Levantamos, por diversas vezes, a questão da consciência histórica neste ensaio. A consciência histórica é justamente

o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida (Ibidem, p. 59).

As coisas não podem ser confundidas ou simplificadas. É necessário entender que o processo de construção histórica precisa tornar presente o passado. Talvez possamos pensar isso de outra forma: dizer que a consciência histórica, que permite o registro da gênese humana, estrutura-se numa fusão entre passado, presente e futuro. Esses tempos devem formar uma unidade integrada, em que a consciência do presente interpreta a do passado em comunhão com a expectativa do futuro.

Reis (1994) é bastante oportuno quando afirma que

a história é apreendida como relações diferenciadas entre presentes diversos com suas experiências retidas e esperas atualizadas. A reflexão sobre o tempo histórico ganha a dimensão do tempo da consciência, isto é, da mudança não mensurável. Não mensurável, mas apreensível por conceitos cruzados entre si, pela análise, compreensão e interpretação das ações e intenções de sujeitos coletivos determinados e singulares. O tempo histórico perde a continuidade, homogeneidade e linearidade conferidas pelo tempo calendário, pois sua referência não é mais o número de movimentos objetivos da natureza, mas as relações de dependência, reciprocidade e descontinuidade das mudanças políticas e sociais. Ele se torna, então, intrínseco à experiência vivida das sociedades particulares, isto é, sua relação particular ao seu passado e ao seu futuro antecipado, representado (p.84).

O escritor, desse modo, seja produzindo história ou literatura, interpretará o passado sem a falsa pretensão de recriar o já vivido, muito menos querer recuperar o significado que os fatos tiveram na época em que aconteceram. O que lhe cabe fazer é construir um mapa que direcione o

homem para a descoberta de si mesmo, vislumbrando acontecimentos de outrora que influenciaram a época de seu presente. O afastamento do escritor de sua própria época é um aspecto benéfico na re-construção que faz dos fatos: ele se afasta para melhor apreender os acontecimentos no tempo, o caótico, o absurdo, as catástrofes, as descobertas e todas as outras coisas que a isso se relacionam.

Hauser (1998, p. 975), teórico da história, da literatura e da arte, foi magistral quando afirmou que “a experiência de tempo na era atual consiste, sobretudo, numa consciência do momento em que nos encontramos: numa consciência do presente”. Sob esse ponto de vista, poderíamos dizer, então, que tudo o que é contemporâneo tem especial valor para o homem, porque é através desse ponto de partida que vem a necessidade de reconstruir o passado e dar um novo significado ao presente imediato, redimensionando a vida. É o mesmo homem que

vivencia a grandeza de suas cidades, os milagres de suas técnicas, a riqueza de suas idéias, as profundezas ocultas de sua psicologia na contigüidade, nas interligações e na concatenação de coisas e processos. O fascínio da simultaneidade, a descoberta de que, por um lado, o mesmo homem vivencia tantas coisas diferentes, desconexas, e homens em diferentes lugares experimentam freqüentemente as mesmas coisas, de que as mesmas coisas estão acontecendo ao mesmo tempo em lugares completamente isolados uns dos outros, esse universalismo, o qual as técnicas modernas tornaram consciente o homem contemporâneo, talvez seja a verdadeira fonte da nova concepção de tempo e de toda rudeza com que a arte moderna descreve a vida (HAUSER, 1998, p. 975).

Cassirer (1994) analisa o intelectualismo como um meio de libertação da consciência. Para ele, “o homem não tem natureza, o que ele tem é história” (p. 280). Por esse caminho, a tarefa do escritor permeia a tentativa de avaliar os elementos constantes que acontecem simultâneos e gradativamente no mundo, quando ressoa interno e/ou externamente no

intelecto e no afetivo dos seres humanos. Podemos, portanto, definir, finalmente, a consciência histórica como “o produto bastante recente da civilização humana, que não é encontrado antes da época dos grandes historiadores gregos” (Ibidem, p. 281).

Cassirer, com esse ponto de vista, dialoga com o pensamento de Silva (2008) que, ao confrontar relações entre história, literatura e mito, afirma ser a história um poema menos inverossímil que o mito e as outras formas de ficção. Assim, “a história, fruto de processo subjetivo, é imperfeita, uma vez que é produzida por seres imperfeitos, homens que podem equivocarse diante da análise dos indícios investigados” (p. 188). Certamente que Silva (ibidem) pensa o estatuto da história e da ficção pautado sob a égide de uma construção histórica, capaz de ser revelada em toda e qualquer manifestação de cultura, ao longo dos séculos. Afinal, “no tempo de aventuras e do acaso, dos deuses e dos vilões, com sua lógica específica, foram introduzidas os destinos dos povos, dos reinos e das culturas” (BAKHTIN, 2002), como se fez nos romances europeus do Século XVIII, mas que desde as literaturas clássicas já se faziam.

Desse modo, a história e a literatura passaram a ser possibilidades que se tornaram concretas a partir do momento em que cada homem tomou consciência do problema do seu tempo. Quando se libertou do confinamento do círculo estreito das próprias necessidades e desejos imediatos e passou a indagar sobre a origem das coisas, o homem partiu do conhecimento do mito (ficção) para alcançar o entendimento da história (realidade), e, finalmente, pode compreender a si mesmo e o mundo.

Referências

- ABDALA Jr, Benjamin. **De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. Trad. de Yara Frateschi Vieira. 5. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- CANDIDO, Antonio (org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Trad. de Lúcia Maurício de Alverga. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LESKY, Albin. **A tragédia grega**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papyrus, 1994.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio (org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 9-49).
- SILVA, Agnaldo Rodrigues. **Projeção de mitos e construção histórica no teatro trágico**. Campinas: Ed. RG, 2008.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica**. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed.UnB, 2001.